



*
MUNICÍPIO DE
PAREDES
ROTA DOS MÓVEIS

ct.
D. 2

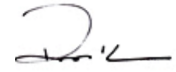
CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2009/2013

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.ª 20/13

2013/12/09





QUADRIÉNIO 2009/2013

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES,
REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2013

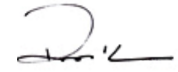
--- Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor CELSO MANUEL GOMES FERREIRA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:-----

PEDRO DINIS SILVA MENDES, MARIA HERMINIA GUEDES MOREIRA, MANUEL FERNANDO NOGUEIRA DA ROCHA, CANDIDO JOAQUIM VENDA MOREIRA BARBOSA, JOSE ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES, HELDER RODRIGO DE SOUSA RIBEIRO, JOSE LUIS GARCES ALVES DE SÁ.-----

--- A reunião foi secretariada por Rui Manuel Moutinho Ferreira, Licenciado e Diretor do Departamento dos Assuntos Jurídicos, Administrativos e Financeiros da Câmara Municipal.-----

--- Sendo catorze horas e quarenta minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----





1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as seguintes intervenções:-----

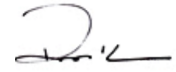
Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara tendo solicitado autorização para a inclusão, em extra agenda, de três assuntos, quais sejam a aprovação da Postura de Trânsito de Louredo, o Contrato de Execução de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e a Declaração de Interesse Público Municipal para equipamento a construir em Gandra, em resposta a solicitação da CESP.-----

Colocado à votação, A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE AUTORIZAR A INCLUSÃO DESSES MESMOS ASSUNTOS PARA SEREM DISCUTIDOS E VOTADOS EM EXTRA AGENDA.-----

Seguidamente o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida solicitou que lhe fosse fornecido por escrito, na próxima reunião, o regulamento de utilização dos novos pavilhões municipais, pois que desconhece quem os utiliza, quem os gere, que taxas são ou vão ser praticadas.-----

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo dito que existem duas realidades distintas, ou seja, aqueles equipamentos que já existiam e aqueles cuja construção ocorreu no passado muito recente e que estes ainda não têm protocolo celebrado exceto quanto ao de Recarei com que já foi aprovado o protocolo a celebrar com o Sport Clube Nun'Álvares. -----





2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2013/11/13 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente a ata da última reunião do Executivo Municipal, realizada no passado dia treze de novembro e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DE 2013/11/13.-----

3 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião o resumo diário de tesouraria referente ao dia seis de dezembro do corrente, tendo a Câmara tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos: -----
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e oito euros e trinta e nove cêntimos.-----

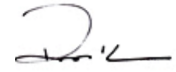
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e trinta e dois euros e sessenta e sete cêntimos.-----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

4 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de três do corrente, a relação de pagamentos efetuados de vinte e oito de outubro a vinte e dois de novembro do corrente ano. -----





A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

5 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - 17ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL ANO 2013 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 15ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - MODIFICAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 13ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - MODIFICAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - 8ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - PARA CONHECIMENTO

Para conhecimento, foi presente à reunião, a modificação ao orçamento – décima sétima alteração orçamental no ano de dois mil e treze; modificação ao orçamento da despesa – décima quinta alteração orçamental; modificação ao plano plurianual de investimentos – décima terceira alteração orçamental; modificação ao plano de atividades municipais – oitava alteração orçamental.-----

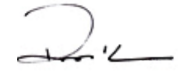
A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

6 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS - ANO 2014 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foram presentes à reunião, para discussão e votação, os documentos previsionais para o ano de dois mil e catorze, cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.-----

No período de discussão do presente assunto foi dada a palavra ao senhor Vereador, Dr. Alexandre Almeida, que disse que em relação aos Documentos Previsionais para o ano de 2014, há alguns aspetos mais importantes que conduzem ao chumbo por parte do PS, porquanto, como referiu, continua o ilusionismo a que o PS já fez anteriormente alusão. Disse, ainda, que há cinco mentiras que motivam o chumbo do PS a este orçamento: a primeira, prende-se com uma mentira de valor previsto de receita da Câmara Municipal nas escolas desativadas, que é mais pequeno que no anterior, mas não deixa de ser uma

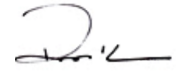




ilusão; a segunda, que vem no seguimento da anterior, que é o valor global do orçamento, que também sendo menor do que nos anos anteriores, não vai ser executado em mais de 30% do previsto; a terceira, a impossibilidade da redução do IMI, pois o PSD diz que não tem margem para maior descida da taxa de IMI quando de facto, e tal como o PS tem vindo a defender, estes documentos demonstram que essa margem para redução para o mínimo, como defende o PS, existe, bastando ver o aumento da receita previsto no orçamento; a quarta, é que é dito que se trata de um orçamento de contenção, quando, por exemplo, no orçamento previsto para o DAJAF há um aumento de 18,72% relativamente ao anterior, não se compreendendo pois que se mantenha o valor previsto gastar com a parte social; e a quinta, é que, mal acabaram de ser construídos os centros escolares, já está previsto gastar em 2014, 340 mil euros em alpendres, entendendo o PS que o arquiteto que os projetou não deveria cobrar qualquer valor pelo desenho desses alpendres, embora se saiba que a seguir surgirão mais custos, seja com reparações de vidros ou substituições de materiais que estão já a degradar-se. Finalizou, referindo que é por isto, que o PS não aprova este orçamento. -----

Tomou a palavra o senhor Vereador, Dr. Pedro Mendes, tendo dito que destaca o esforço que a Câmara Municipal faz para garantir a evidência, que, como referiu, apenas não vê quem não quer ver, é a continuidade do apoio em áreas cruciais, como às famílias e às empresas. Disse, ainda, que o PS é que anda perdido pensando que ganhou as eleições e que é maioria nesta Câmara Municipal, só por isso se entendendo que digam que vão chumbar o orçamento. Disse que o PS não vai chumbar, vai votar contra, que, de resto, não é uma inovação, porque sempre votou nesse sentido, pois que não tem quaisquer ideias para o desenvolvimento do concelho. Continuando, disse que, além disso, os centros escolares já tinham previsto a execução de melhorias de arranjos nos exteriores, e é à custa desse esforço que as crianças vão continuar a ter boas salas de aula e com condições. Disse, que é isso que o PS quer esconder, mas o PSD não se deixa enganar com leituras enviesadas destes documentos. Continuou, dizendo que o PS não quer que se saiba do esforço na área social, que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, mas que o PSD faz esse esforço, só que, ao contrário de uma grande maioria de presidentes de câmara, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes não quer aparecer nos





meios de comunicação social e publicitar os apoios que a Câmara dá, prefere que sejam efetivamente dados e apoiado quem de facto precisa sem qualquer intuito eleitoralista. ---

De seguida, foi dada a palavra ao senhor Vereador, Dr. Manuel Fernando, que perguntou ao senhor Vereador, Dr. Alexandre Almeida, se este sabia quanto é que a Câmara Municipal diminuiu nas obras municipais.-----

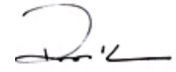
Foi dada novamente a palavra ao senhor Vereador, Dr. Alexandre Almeida, que disse que não diminuiu nada pois que, o que tem vindo a ser feito e é feito agora, é apenas e só diminuir na receita empolada de venda de bens de capital e reduzir na mesma proporção o investimento previsto. -----

Foi dada novamente a palavra ao senhor Vereador, Dr. Manuel Fernando, que disse que houve uma redução muito substancial nas verbas das obras municipais, porque se entende dar prevalência ao que é mais básico, como é o caso das coberturas dos centros escolares cujos projetos estão a ser feitos internamente. São estes problemas que se querem resolver e outros que são mais pertinentes.-----

Tomou a palavra a senhora Vereadora, Dr.^a Hermínia Moreira que disse que se congratula com o facto de, perante um orçamento que é de forte contenção não se tenha descurado o que é prioritário e que, havendo uma verdadeira aposta na diminuição da dívida, conseguiu-se que não haja redução da despesa prevista na Ação Social. Continuando, disse que, quanto às escolas, entende ser normal que quando se passa de um volume de investimento como o que foi feito, surjam problemas de menor dimensão, que têm que ser resolvidos e estão a sê-lo. -----

Tomou seguidamente a palavra o senhor Presidente da Câmara tendo dito que as escolas de Paredes são, sem dúvida alguma, as melhores do país e são das melhores do mundo e que, é normal, que nesta fase inicial de conclusão dos investimentos surjam, de resto como em qualquer construção, alguns problemas que estão a ser resolvidos. Disse que este orçamento tem uma redução de um terço relativamente ao valor daquele do ano





anterior, tendo-se feito uma redução efetiva de 43 milhões e 17 mil euros, pelo que não pode ser acusado, como o faz o PS, de despesista e que, como referiu, se todos os organismos públicos fizessem uma redução dos seus gastos numa proporção idêntica à que a Câmara Municipal de Paredes está a fazer, o país não estaria nesta situação de dependência de credores externos, estando pois a Câmara Municipal a dar desta forma um elevado contributo para o decréscimo da dívida pública. Continuando, disse que o que estranha é que esta oposição PS não tenha tido uma única palavra sobre a própria dívida, sobre a educação, sobre a ação social, sobre o ambiente, nomeadamente quanto ao abastecimento de água e saneamento, o que demonstra, como de resto o PSD já constatou há muito, que o PS é árido de ideias e não as tem, nem para o presente nem para o futuro do Concelho de Paredes.-----

Continuando disse que relativamente aos documentos previsionais para o ano de 2014, importa ter presente o seguinte:-----

Os documentos previsionais para o ano de 2014 são de facto a maior evidência do esforço que a generalidade das câmaras municipais, e a de Paredes em especial, estão a fazer para a contenção da despesa pública por forma a permitir que o país retome a credibilidade dos credores internacionais perdida e desbaratada pelo despesismo sem nexos dos diversos governos socialistas. De todo o modo, tal como evidencia na sua mensagem que transmite no documento, apesar desse enorme esforço de contenção, este orçamento não deixa de prestar especial atenção a três pilares essenciais, quais sejam:-----

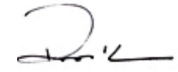
- A aposta no apoio às famílias e cidadãos mais carenciados;-----
- A aposta na criação de emprego e de riqueza ao tecido comercial e industrial de Paredes;-----
- A realização de investimentos em áreas cruciais para a qualidade de vida dos cidadãos;-----

Para isto, é bem evidente nestes documentos um conjunto de medidas conducentes à prossecução desse desiderato, nomeadamente:-----

- Quanto ao apoio de índole social:-----

- O montante da despesa prevista com apoios sociais e instituições de cariz social;
- A manutenção do Programa Paredes Ajuda +, através do qual se apoiarão os estratos sociais mais carenciados, como até agora, na aquisição de medicação, no





pagamento de rendas, na realização de obras pontuais nas suas habitações, na isenção do pagamento de taxas, na isenção do pagamento de transportes escolares, na oferta de cabazes de Natal, no apoio ao realojamento, etc.-----

- A manutenção da adesão ao programa “Impulso Jovem” naquelas situações em que, comprovadamente, resultem benefícios presentes e futuros para os jovens estagiários;-----

- No incremento ao banco de voluntariado;-----

- A manutenção da redução em 20% da participação municipal nas receitas do IRS, que conduzem a que todos os agregados contribuintes com domicílio fiscal em Paredes tenham uma poupança nessa mesma proporção em sede daquele imposto;

- A manutenção da redução de 20% da taxa de máxima de IMI para os prédios avaliados nos termos do respetivo código.-----

- Quanto á aposta na cativação de investimento reprodutivo e apoio às empresas com sede no Concelho de Paredes:-----

- A forte aposta em medidas de natureza fiscal que, embora reduzam a receita municipal e, por conseguinte, tenham implicações diretas no volume de investimento possível de realizar, terão reflexos no desenvolvimento sustentado do concelho e do seu tecido empresarial e, por conseguinte, na criação de emprego e de riqueza, quais sejam, a manutenção da isenção de derrama para as pequenas e médias empresas cujo volume de faturação anual não exceda os 150.000 € e a isenção, também em sede de derrama, de todos as empresas que realizem investimentos no ano de 2014, com vista a criação de emprego, desde que com contratos de investimento assinado com o Município;-----

- A aposta na divulgação da indústria do mobiliário de Paredes, com a continuidade do evento Art On Chairs, o qual, embora muito criticado por uma oposição com vistas curtas para o futuro, tem dado enormes provas do seu sucesso tendo levado o nome de Paredes e do seu design de mobiliário aos quatro cantos do mundo.-----

- Quanto ao investimento nas áreas consideradas essenciais, bastará para tanto uma análise cuidada e isenta do Plano Plurianual de Investimento para verificar que, pese embora a contenção orçamental, não se deixa de lado as áreas em que o Município

CF

[Assinatura]

tem, por força das suas atribuições, de manter a sua intervenção e a realização de obra pública.-----

Deverá ainda realçar-se nestes documentos que, essa contenção via à completa consolidação orçamental, se reflete no facto de, para o próximo ano económico, se verificar um decréscimo de quarenta e três milhões de euros no orçamento municipal, o qual é assim de 83.963.505 euros, sendo certo que, comparativamente com o exercício anterior resulta uma diminuição da despesa e da receita corrente, reflexo da forte contenção a que este executivo se propôs e da racionalidade dos encargos estimados, redução esta que corresponde a um decréscimo de 33,9% face ao ano transato.-----

Importa referir que, no campo da despesa, as maiores parcelas são as relativas a aquisições de serviços, que representam 24,1% do total e para as aquisições de bens de capital, num total percentual de 44,5 %, sendo que o peso dos encargos com pessoal representa apenas 17,5% do global da despesa.-----

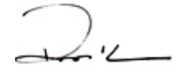
Isto significa que de facto há uma redução do peso orçamental com os recursos humanos, até porque, como facilmente se pode verificar há uma redução das remunerações certas e permanentes em 377.356 euros, e assume sim um peso significativo dentro deste subgrupo os encargos que a Câmara Municipal suporta é com a despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representando 23,3% das despesas com pessoal. -----

No que concerne às aquisições de bens e serviços é bom que se tenha em consideração que aí estão englobadas despesas como o fornecimento de energia elétrica, designadamente para iluminação pública, a aquisição de combustíveis e todos os demais produtos necessários, por exemplo, ao funcionamento regular dos equipamentos desportivos, não tendo pois um peso superior ao que de facto é usual neste subgrupo.-----

Já quanto às despesas de capital que em 2013 representavam 66,1% da despesa total, terão um decréscimo no orçamento para 2014 na ordem dos 49,4%, passando para um valor absoluto de 41.476.451 euros.-----

No capítulo da receita, é bom que se tenha presente que há também uma forte redução das estimativas comparativamente aos anos anteriores, pois que, nem a Câmara Municipal pretende onerar os munícipes com um acréscimo do valor das taxas, sendo





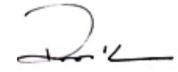
visível que, relativamente ao ano de 2013, as receitas previstas com as rúbricas de taxas, multas e outras penalidades, representa um acréscimo de apenas 0,2%, o qual nem sequer é equivalente à taxa de inflação prevista, e, pese embora se preveja que as receitas fiscais cresçam 1.584.030 euros, ou seja 14,8 %, isso é e só o resultado do aumento previsto nos impostos diretos, exceto no que concerne à previsão de receita de IMT, sendo certo que o aumento da receita de IMI prevista resulta essencialmente, não do aumento dos valores patrimoniais dos prédios, facto que será amortizado com a redução da taxa efetiva aplicável, mas sim da redução legal do universo dos prédios isentos deste mesmo imposto.-----

Ainda em sede de receita a subida prevista nos impostos indiretos, 52,1% deve-se, essencialmente, ao acréscimo de previsão de receita relativa a um conjunto vasto de valores que se encontravam em dívida e que serão arrecadados por recurso a cobrança coerciva em sede de execução fiscal, não consubstanciando tal um aumento da carga tributária sobre os munícipes, mas sim a exigência de equidade e igualdade de tratamento entre todos os utentes dos serviços e adquirentes de bens municipais, matéria que estamos em crer acolhe a concordância de todos.-----

Em suma, estamos perante um documento sério, que demonstra um forte empenho na consolidação de contas sem descurar as bases do serviço e do interesse público e no qual é bem evidente a cautela que se teve no sentido de não aumentar os encargos das famílias na sua globalidade, mas sim repartir os encargos de forma igualitária, permitindo a continuidade do esforço no apoio daqueles mais carenciados e das empresas na sua generalidade com vista ao aumento da sua produtividade e ao aumento da empregabilidade.-----

Continuando disse que agradecia o empenho dos senhores Vereadores eleitos pelo PSD pelo seu forte empenha na elaboração deste documento e no elevado nível de contenção conseguido, bem como agradece aos colaboradores da Câmara Municipal que deram muito de si para hoje aqui se estar a discutir e votar o mesmo, tendo ainda dito que o aumento da despesa a que o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida se refere quanto ao DAJAF, resulta unicamente das alterações á estrutura orgânica que colocaram na





dependência daquele departamento alguns serviços como é o caso da Polícia Municipal.--

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, COM 5 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 VOTOS CONTRA DO PS, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 E REMETER OS MESMOS PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

O PS apresentou declaração de voto que se consubstancia nas razões invocadas pelo senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida no período de discussão do assunto.-----

O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: O PSD vota favoravelmente este documento pois o mesmo reflete o esforço enorme que se está a fazer na redução da dívida, sem nunca deixar descurar e de corresponder àquelas que são as principais necessidades dos paredenses e às apostas do PSD para o desenvolvimento do Concelho, como o apoio às famílias mais carenciadas refletido nas medidas fiscais adotadas e no apoio às empresas quer com a redução da taxa máxima de IMI, quer com a isenção total de derrama nos casos previstos nas propostas que irão ser seguidamente sujeitas a votação." -----

7 - PROPOSTA PARA A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de dois de dezembro do corrente, no sentido de propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TPDM), em zero vírgula vinte e cinco por cento. -----

CF

[Assinatura]

Colocado o assunto a votação,-----

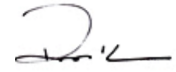
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E SUBMETER A MESMA À APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

8 - PROPOSTA DO LANÇAMENTO DA DERRAMA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de dois de dezembro do corrente, no sentido de se efetuar o lançamento da derrama até ao limite máximo de um, virgula cinco por cento e a total isenção para as micro e pequenas e empresas cujo volume de faturação anual seja inferior a cento e cinquenta mil euros, nos termos dos números um e quatro, do artigo catorze da Lei dois barra dois mil e sete, de quinze de janeiro. Mais propõe, a concessão de isenção de derrama por um período de cinco anos a novos investimentos que se realizem em dois mil e catorze, mediante celebração de contrato de investimento e, ainda, após análise comparativa com os anos precedentes, a aplicação da nova fórmula até ao limite máximo sobre o valor do lucro tributável. -----

No período de discussão do presente assunto o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida disse que esta proposta vem de alguma forma de encontro ao que era a proposta do PS em aplicar as receitas da derrama na criação de postos de trabalho, razão pela qual votarão favoravelmente a proposta. -----





Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E SUBMETER A MESMA À APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

9 - PROPOSTA DA FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA O ANO DE 2014 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião do executivo, para discussão e votação, uma proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, datada de dois de dezembro do corrente, no sentido de propor à Assembleia Municipal a fixação da participação no IRS para o ano de dois mil e catorze, em apenas quatro por cento. -----

No período de discussão do presente assunto o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida disse que se fosse o PS a governar esta participação seria de zero, porque entendem que há margem para tal, contudo e porque se trata mesmo assim de uma redução, vão votar favoravelmente. -----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E SUBMETER A MESMA À APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

cy

Dr.

10 - AMIPAREDES - AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO DE PAREDES, E.M., SA - PROPOSTA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião do executivo, para discussão e votação, uma proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, datada de onze de novembro do corrente referente à Agência Municipal de Investimento de Paredes, E.M., AMIParedes.-----

No período de discussão do presente assunto tomou a palavra o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida tendo dito que a AMIParedes foi apontada pelo Governo como sendo uma das que terá de encerrar. Por isso mesmo pretende saber se será de facto encerrada em março como decorre da lei. Continuando disse que gostava de saber se o que tem vindo a ser tornado público acerca do facto de uma empresa de que é proprietário o senhor presidente da junta de freguesia de Sobrosa ter sido contratada para assessorar a AMIParedes numa área em que, além do que se entende ser um conflito de interesses, não estamos em crer que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobrosa tenha aptidões.-----

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara tendo dito que, quanto ao conflito de interesses é o mesmo que haveria se o senhor Vereador fosse o contabilista da Junta de Freguesia de Rebordosa, ou seja, nenhum, e quanto ao mérito da escolha é algo que cabe ao Conselho de Administração da empresa avaliar, não sendo pois matéria para aqui e agora ser discutida.-----

Disse ainda que a AMIParedes faz falta ao Concelho de Paredes e por isso é que, enquanto perdurarem as dúvidas acerca da exigibilidade legal para o seu encerramento, matéria de que não está convencido que exista, esta se vai manter pois que o trabalho que esta tem vindo a desenvolver é notável no campo da captação de investimento e que, de outra forma, sobretudo em matéria de disponibilização de solos, nunca seria possível com a teia legal e burocrática a que está sujeita a Câmara Municipal. Ainda no uso da palavra disse que importa realçar que nenhum dos recursos humanos da AMIParedes pesa no orçamento municipal pois que o único administrador executivo tem um salário equivalente ao de diretor de departamento que de resto era o mesmo que já auferia

cy

De

quando inserido nos quadros da Câmara Municipal. -----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 5 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 VOTOS CONTRA DO PS, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E SUBMETTER A MESMA A APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

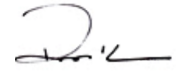
O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: "O PSD vota a favor por entender que a Agência é um instrumento de extrema importância para a captação de investimento, como de resto é visível naquele que foi conseguido para Cête e muitos outros que estão na calha, sendo de realçar que esta existe só e apenas para ir de encontro às necessidades dos potenciais investidores e não, como muitas outras existentes no país, para colocação de amigos, como já foi sugerido pelo PS."-----

O PS apresentou a seguinte declaração de voto: "Votamos contra porque, como o PS já vem defendendo desde a criação da agência, esta continua a apresentar resultados negativos, neste momento já superiores a um milhão de euros, não tendo trazido nenhum benefício à captação de investimentos para Paredes."-----

11 - PAREDES INDUSTRIAL - PARQUES INDUSTRIAIS, SA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMI E DE IMT - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um ofício da Paredes Industrial – Parques Industriais, S.A., datado de três de novembro do corrente, a requerer, ao abrigo do número dois do artigo décimo segundo, da Lei da Finanças Locais (aprovada pela Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de janeiro), e, relativamente aos prédios constantes do anexo à proposta (Doc. n.º 1) , que sejam concedidos à requerente e às pessoas físicas ou jurídicas que venham a adquirir o direito de propriedade sobre os referidos prédios, a isenção do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis e a isenção do Imposto Municipal sobre





Imóveis, pelo prazo de cinco anos, a contar da deliberação da Assembleia Municipal.-----

No período de discussão do presente assunto o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida disse que o PS vai votar favoravelmente porque é a favor de tudo o que seja isentar para captação de investimentos, embora lamente que esta não seja também a política seguida para outras zonas industriais do Concelho pois, se assim fosse, estaria a atrair-se mais investimentos.-----

Tomou a palavra o senhor Vereador Dr. Pedro Mendes tendo dito que esta é uma matéria de extrema importância para o concelho, trazendo competitividade para o território, razão pela qual pode e deve ser adotada para outras áreas industriais, apenas tendo, por força legal, de ser concretizada quanto ao local e ao objeto do investimento. -----

Colocado o assunto a votação,-----

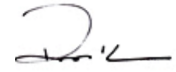
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA A SUBMETER A MESMA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA SUA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO. -----

12 - PROPOSTA DE HORÁRIO DE TRABALHO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de dois do corrente, no sentido de que o horário de trabalho a praticar pelos colaboradores seja das nove horas às treze e das catorze às dezoito horas a entrar em vigor no dia um de janeiro de dois mil e catorze e que os horários dos colaboradores que exercem funções em regime de trabalho por turnos, trabalho noturno, jornada contínua e horários específicos, deverão ser adaptados ao atual período normal de trabalho imposto pela legislação em vigor.-----

No período de discussão o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida disse que esta alteração ao horário de trabalho decorre das imposições legais, mas pretende saber se a





Câmara dialogou com os trabalhadores ou comissões de trabalhadores sobre o horário proposto.-----

Tomou a palavra o senhor Presidente tendo dito que encarregou o diretor do DAJAF de aferir junto dos demais dirigentes quais as opiniões que estes haviam recolhido junto dos trabalhadores afetos às suas unidades orgânicas, tendo concluído que este era o horário que reunia mais consensos. -----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE HORÁRIO A PRATICAR PELOS DIVERSOS SERVIÇOS MUNICIPAIS QUE FIQUEM EM REGIME DE HORÁRIO RÍGIDO. -----

13 - SIADP1-OBJETIVOS PARA O ANO 2014 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e dois mil quinhentos e setenta e quatro, datada de três do corrente a remeter ao executivo, para discussão e votação, no âmbito do SIADAP 1 (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública 1), os objetivos das diversas unidades orgânicas para o ano de dois mil e catorze.-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 5 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 ABSTENÇÕES DO PS, APROVAR AS PROPOSTAS DE OBJETIVOS SIADAP PARA O ANO DE 2014 DAS DIVERSAS UNIDADES ORGÂNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

ct

D. V.

14 - PEDIDO DE ALARGAMENTO/HOMOLOGAÇÃO DO PERÍODO DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE SUPERMERCADO "PREÇOS LOUCOS", EM QUE É REQUERENTE CARLOS DANIEL VIEIRA MOREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro dos Assuntos Jurídicos, Administrativos e Financeiros, Secção de Expediente e Balcão Único, com o número de identificação de processo geral, quarenta mil novecentos e noventa e oito, datada de quatro de novembro do corrente, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o pedido de alargamento/homologação do período de abertura e funcionamento do estabelecimento de comércio "PREÇOS LOUCOS", sito na Rua Dr. Jerónimo Pereira Leite, número trezentos e quarenta e cinco, freguesia de Cristelo, em que é requerente Carlos Daniel Vieira Moreira.-----

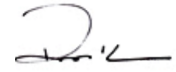
Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE ALARGAMENTO/HOMOLOGAÇÃO DO PERÍODO DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO "PREÇOS LOUCOS", NOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO. -----

15 - PEDIDO DE ALARGAMENTO/HOMOLOGAÇÃO DE HORÁRIO PARA O ESTABELECIMENTO DE FRUTARIA E MERCEARIA "MARIA FERNANDA FERREIRA MAGALHÃES" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro dos Assuntos Jurídicos, Administrativos e Financeiros, Secção de Expediente e Balcão Único, com o número de identificação de processo geral, trinta e nove mil novecentos e quarenta e seis, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o pedido de alargamento/homologação do





período de abertura e funcionamento do estabelecimento de comércio “FRUTARIA E MERCEARIA - MARIA FERNANDA FERREIRA MAGALHÃES”, sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, número cento e sessenta e dois, fração E, freguesia de Lordelo, em que é requerente Maria Fernanda Ferreira Magalhães.-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE ALARGAMENTO/HOMOLOGAÇÃO DO PERÍODO DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO “FRUTARIA E MERCEARIA - MARIA FERNANDA FERREIRA MAGALHÃES”, NOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO. -----

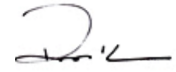
16 - PEDIDO DE PARECER DE HOMOLOGAÇÃO E/OU ALARGAMENTO DE HORÁRIO PARA ESTABELECIMENTO DO COMÉRCIO "ENITALYA", EM QUE É REQUERENTE ENITALYA - UNIPESSOAL, LDA.- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro dos Assuntos Jurídicos, Administrativos e Financeiros, Secção de Expediente e Balcão Único, com o número de identificação de processo geral, trinta e nove mil trezentos e quarenta, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o pedido de alargamento/homologação do período de abertura e funcionamento do estabelecimento de comércio “ENITALYA”, sito na S. José, número quinhentos e noventa e seis, freguesia de Castelões de Cepeda, em que é requerente Enitalya - Unipessoal, Lda..-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE ALARGAMENTO/HOMOLOGAÇÃO DO PERÍODO DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO “ENITALYA”, NOS





TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO. -----

17 - PROCESSO DISCIPLINAR EM CURSO. ARGUIDO: JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES DA SILVA - DECISÃO DO PROCESSO - REMESSA DE RELATÓRIO FINAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Assuntos Jurídicos, com o número cento e vinte e quatro, datada de dezanove de novembro do corrente, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o processo disciplinar e relatório final referente ao arguido José António Ribeiro Gonçalves da Silva.-----

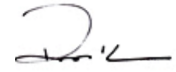
Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTINIO SECRETO, COM 5 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES, APROVAR O RELATÓRIO DO INSTRUOTOR DO RESPETIVO PROCESSO DISCIPLINAR E, COM BASE NOS FUNDAMENTOS CONSTANTES DO MESMO RELATÓRIO APLICAR AO ARGUIDO UMA PENA DE MULTA NO QUANTITATIVO ALI PROPOSTO. -----

18 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO (PROCº71/DAP/13)- AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DAS CIDADES DE PAREDES, GANDRA, LORDELO E REBORDOSA, VILAS DE BALTAR, CETE, RECAREI, SOBREIRA E VILELA E FREGUESIA DE PARADA DE TODEIA - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Aprovisionamento e Património com o número de identificação do processo geral quarenta e sete mil quatrocentos e doze, datada de catorze de novembro do corrente, para ratificação do parecer prévio que não foi colhido previamente, mercê da extrema urgência do procedimento. -----





Durante o período de discussão do presente assunto ausentou-se da reunião o senhor Vereador Cândido Barbosa tendo o senhor Presidente da Câmara esclarecido que essa ausência se devia ao facto de ter de estar presente em Tribunal para uma diligência, tendo sido por unanimidade aceite a justificação. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, COM 4 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 VOTOS CONTRA DO PS, TENDO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA FEITO USO DO SEU VOTO DE QUALIDADE, RATIFICAR O ATO PRATICADO, POR SE CONCORDAR COM O MÉRITO E URGÊNCIA NA TOMADA DE DECISÃO. -----

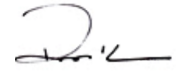
19 - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES A ALUNOS DO PRÉ ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PAREDES - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E ABERTURA DE PROCEDIMENTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Aprovisionamento e Património com o número de identificação do processo geral quarenta e nove mil duzentos e trinta e dois, datada de quatro do corrente, a remeter, no âmbito do concurso público internacional para aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares a alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico do município de paredes, os elementos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo e a colocar à consideração do órgão deliberativo a autorização prévia da despesa.-----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 4 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 ABSTENÇÕES DO PS, APROVAR A PROPOSTA E SUBMETER A MESMA À





ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA SUA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO. -----

20 - PEDIDO DE PAGAMENTO EM TRÊS PRESTAÇÕES A LIQUIDAÇÃO DA TAXA RELATIVA À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO (ALTERAÇÕES), REFERENTE AO PROCESSO 638/97P, EM NOME DE JOSÉ JOAQUIM BARBOSA FERREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho do senhor Vereador Dr. Manuel Fernando Rocha, datado de cinco de novembro do corrente, a remeter ao executivo, para discussão e votação, no âmbito do processo seiscentos e trinta e nove barra noventa e sete P, o pedido de pagamento em três prestações da quantia de trezentos e quarenta e três euros e setenta e nove cêntimos referente à emissão do alvará de licença de construção (alterações) e em que é requerente José Joaquim Barbosa Ferreira.-----

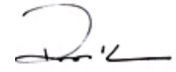
Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE PAGAMENTO, EM TRÊS PRESTAÇÕES, DA QUANTIA DE TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS EUROS E SETENTA E NOVE CÊNTIMOS, REFERENTE À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO (ALTERAÇÕES), EM QUE É REQUERENTE JOSÉ JOAQUIM BARBOSA FERREIRA.-----

21 - ASSOCIAÇÃO P/DESENVOLVIMENTO DE REBORDOSA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS ASSOCIADAS AO PROCESSO Nº 4/13IP - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE.





22 - PEDIDO DE APOIO PARA OBRAS HABITAÇÃO PRÓPRIA, EM QUE É REQUERENTE MARIA MARTINS SOUSA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "HABITAÇÃO DE QUALIDADE" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presentada à reunião, uma informação do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, trinta e oito mil novecentos e quatro, datada de vinte e dois de novembro do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o pedido de apoio para obras na habitação designadamente reparação do telhado, em que é requerente Maria Martins Sousa, da Freguesia de Recarei.-----

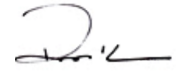
Colocado o assunto à votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE APOIO EFETUADO POR MARIA MARTINS SOUSA, ATRIBUINDO UM APOIO NO VALOR DE 1.850,00 EUROS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "HABITAÇÃO DE QUALIDADE", NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL.-----

23 - PEDIDO APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO, EM QUE É REQUERENTE MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA PEREIRA DA SILVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "PAREDES AJUDA +" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação do Pelouro da Ação Social com o número de identificação de processo geral, quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e dois, datada de um de novembro do corrente ano, a remeter ao executivo municipal, para discussão e votação, o processo em que é requerente Maria da Conceição Moreira Pereira da Silva, no qual solicita apoio para aquisição de medicação, no âmbito do programa "Paredes Ajuda +".-----





Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE APOIO PARA A COMPRA DE MEDICAÇÃO, SOLICITADO PELA MUNÍCIPE MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA PEREIRA DA SILVA, ATRIBUINDO, AO ABRIGO DO “PROGRAMA PAREDES AJUDA +”, O VALOR DE 150,00 EUROS, SENDO QUE O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFECTUADO DIRETAMENTE À FARMÁCIA CONFIANÇA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DAS FATURAS, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL.-----

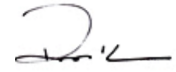
24 - PEDIDO DE AJUDA PARA AQUISIÇÃO DE UMA PRÓTESE DENTÁRIA, EM QUE É REQUERENTE DEOLINDA PINHO GONÇALVES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "PAREDES AJUDA +" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação do Pelouro de Ação Social com o número de identificação de processo geral, vinte e sete mil trezentos e sete, datada de vinte e dois de novembro do corrente, a remeter ao executivo municipal para discussão e votação, o processo em que é requerente Deolinda Pinho Gonçalves, para apoio na aquisição de prótese dentária, no âmbito do programa “Paredes Ajuda +”.-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE APOIO PARA PRÓTESE DENTÁRIA, SOLICITADO PELA MUNÍCIPE DEOLINDA PINHO GONÇALVES, ATRIBUINDO, AO ABRIGO DO “PROGRAMA PAREDES AJUDA +”, O VALOR DE 384,00 EUROS, SENDO QUE O PAGAMENTO DEVERÁ SER FEITO DIRETAMENTE À CESPÚ (NS - NOVA SAÚDE PARCERIAS S.A.), MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE FATURA, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL.-----





25 - PEDIDO DE APOIO PARA REABILITAÇÃO DA SUA HABITAÇÃO (COLOCAR TELHADO), EM QUE É REQUERENTE MARIA HELENA SANTOS LEAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "HABITAÇÃO DE QUALIDADE" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presentada à reunião, uma informação do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, trinta e oito mil oitocentos e sessenta e três, datada de quinze de outubro do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, o pedido de apoio para reabilitação de habitação, designadamente a nível de telhado, em que é requerente Maria Helena Santos Leal, da Freguesia de Rebordosa.-----

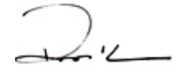
Colocado o assunto à votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE APOIO EFETUADO POR MARIA HELENA SANTOS LEAL, ATRIBUINDO UM APOIO NO VALOR DE 1.800,00 EUROS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "HABITAÇÃO DE QUALIDADE", NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL.-----

26 - PEDIDO DE APOIO PARA MEDICAMENTOS, EM QUE É REQUERENTE DEOLINDA MOREIRA DAS NEVES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "PAREDES AJUDA +" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação do Pelouro da Ação Social com o número de identificação de processo geral, quarenta e um mil quatrocentos e noventa, datado de vinte e um de novembro do corrente ano, a remeter ao executivo municipal, para discussão e votação o processo em que é requerente Deolinda Moreira das Neves, no qual solicita apoio para aquisição de medicação, no âmbito do programa "Paredes Ajuda +". --





Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE APOIO PARA A COMPRA DE MEDICAÇÃO, SOLICITADO PELA MUNÍCIPE DEOLINDA MOREIRA DAS NEVES, ATRIBUINDO, AO ABRIGO DO PROGRAMA PAREDES AJUDA +, O VALOR DE 150,00 EUROS, SENDO QUE O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO À FARMÁCIA NOGUEIRA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DAS FATURAS, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL.-----

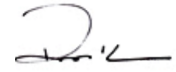
27 - PROCESSOS DE APOIO SOCIAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "PAREDES AJUDA +" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação do Pelouro da Ação Social com o número de identificação de processo geral, cinquenta e dois mil cento e oitenta e cinco, datada de vinte e nove de novembro do corrente, a remeter ao executivo municipal, para discussão e votação, processos de apoio social para pagamento de crédito de habitação, bem como para pagamento de renda, no âmbito do programa "Paredes Ajuda +".-----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR APOIO SOCIAL PARA PAGAMENTO DE CRÉDITO DE HABITAÇÃO, BEM COMO PARA PAGAMENTO DE RENDA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA "PAREDES AJUDA +", AOS MUNÍCIPES PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO, TENDO POR BASE AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS E NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DOS RELATÓRIOS E RESPETIVOS PARECERES TÉCNICOS QUE SUSTENTAM A INFORMAÇÃO.-----





28 - TRANSPORTE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS PARA A PISCINA ROTA DOS MÓVEIS - RECAREI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação do Pelouro da Educação, com o número de identificação de processo geral, quarenta e oito mil setecentos e oitenta, datada de sete de novembro do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, na qual se solicita a aprovação da para que seja realizado o transporte de quatro alunos uma vez por semana, para a Piscina Rota dos Móveis, celebrando para tal um Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Sobreira.-----

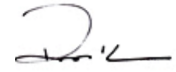
Colocado o assunto à votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO E PREVIAMENTE REMETIDO AOS MEMBROS DO EXECUTIVO.-----

29 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Educação e Cultura, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e dois, datada de três de dezembro corrente, a remeter ao executivo, para discussão e votação, a aprovação da proposta de alteração ao regulamento aprovado pelo júri das bolsas de estudo.-----





Colocado o assunto à votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO APROVADA PELO JÚRI DAS BOLSAS DE ESTUDO, NOS MOLDES CONSTANTES DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. MAIS FOI DELIBERADO, REMETER O ASSUNTO PARA SER APRECIADO E VOTADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**30 - CENTRO ESCOLAR DE LORDELO N.º 1 - PROPOSTA DE PERDÃO DE DIVIDA
- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Foi presente à reunião, uma informação do Pelouro da Educação, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta e quatro barra treze barra DEC/SR, datada de três de dezembro, a remeter ao executivo municipal, para discussão e votação, o pedido efetuado pela encarregada de educação de Lenka e Hipólito Sousa Vilardebo relativo ao pedido de perdão das mensalidades em dívida, pelo serviço de refeição, referentes aos meses de setembro a novembro de dois mil e treze, no valor total de noventa e cinco euros e dezoito cêntimos. -----

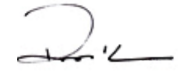
Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE PERDÃO DAS MENSALIDADES EM DÍVIDA, NO VALOR DE NOVENTA E CINCO EUROS E DEZOITO CÊNTIMOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO. -----

**31 - ROTA DO ROMÂNICO - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE OUTDOORS E
ISENÇÃO DE TAXAS - PARA RATIFICAÇÃO**

Foi presente à reunião, um ofício da Rota do Românico, com a referência mil trezentos e





noventa barra treze, datado de quatro de novembro do corrente, a solicitar a colocação de outdoors no Município de Paredes, bem como a isenção das eventuais taxas de publicidade associadas aos mesmos.-----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DEDLIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, RATIFICAR O ATO PRATICADO POR SE CONCORDAR COM O MÉRITO E A URGÊNCIA NA TOMADA DE DECISÃO. -----

32 - PROPOSTA PARA APOIO DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO "PAREDES EXL 2013" Á EXTREME CLUBE DE LAGARES - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta do senhor Vereador do Pelouro Desporto, datada de dez de outubro do corrente, no sentido de que a Câmara Municipal de Paredes apoie a organização do evento "Paredes EXL 2013" da qual é coorganizadora, atribuindo uma verba de cinco mil euros à entidade organizadora - Extreme Clube de Lagares, com sede na Av. Das Portelas, edifício Junta da Freguesia, NIF 508 773 725.-----

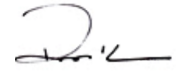
Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DEDLIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, RATIFICAR O ATO PRATICADO POR SE CONCORDAR COM O MÉRITO E A URGÊNCIA NA TOMADA DE DECISÃO. -----

No final da tomada de decisão do presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo 15h50, decidiu suspender os trabalhos por um período de 30 minutos para que os senhores Vereadores possam analisar convenientemente os assuntos incluídos em extra agenda para discussão e votação.-----

Sendo 16h25 foram os trabalhos retomados, estando presente todos os membros em





efetividade de funções. -----

33 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA AV. PADRE AMADEU E RUA DE MIRAGAIA, NA FREGUESIA DE LOUREDO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, em extra agenda, uma informação do Pelouro de Desenvolvimento Municipal, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e um mil seiscientos e quarenta e dois, datada de vinte e sete de novembro do corrente ano, a remeter, ao executivo, para discussão e votação, sinalização vertical e horizontal na Av. Padre Amadeu e Rua de Miragaia, na freguesia de Louredo.-----

Colocado o assunto a votação,-----

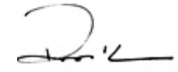
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA AV. PADRE AMADEU E RUA DE MIRAGAIA, NA FREGUESIA DE LOUREDO, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, REMETER O ASSUNTO PARA SER APRECIADO E VOTADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

34 - MINUTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, em extra agenda, para discussão e votação, a minuta do contrato de execução de delegação de competências a celebrar com as juntas de freguesia, no âmbito da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

No período de discussão do presente assunto o senhor Vereador Dr. Alexandre Almeida disse que o PS nada tem a opor à aprovação deste assunto, apenas e como já alertado





pelos senhores deputados do seu partido na Assembleia Municipal, é importante que seja acautelada a transferência de meios para as juntas de freguesia pois que o volume de competências que podem ser transferidas é vasto. -----

Colocado o assunto a votação,-----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA. MAIS DELIBEROU REMETER O MESMO PARA APRECIAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

35 - RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE GANDRA - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE LOCAL APRESENTADA PELA CESPÚ - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, em extra agenda, para discussão e votação, uma proposta apresentada pela CESPÚ - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL, datada de quatro de outubro do corrente ano, no sentido de reconhecer o interesse local da residência universitária de Gandra.-----

No período de discussão do presente assunto foi dada a palavra ao senhor vereador Dr. Alexandre Almeida, o qual solicitou esclarecimento sobre a efetiva necessidade do reconhecimento do interesse público municipal.-----

Foi dada a palavra ao senhor Vereador Dr. Manuel Fernando tendo este dito que a divisão de gestão urbanística, no anterior mandato, enviou uma notificação a todos os promotores de edifícios que se encontrassem inacabados ou estado de abandono, intimando-os a encontrar uma solução para esses mesmos edifícios. Posteriormente, veio a CESPÚ junto da Câmara Municipal propor que fosse ali instalada uma residência universitária pois dessa forma haveria uma maior oferta a proporcionar aos seus alunos e maiores condições de alojamento para esses mesmos alunos. Nessa reunião a CESPÚ

cy

D. L.

comunicou à Câmara Municipal que havia encontrado um parceiro privado que estaria interessado em avançar com o investimento necessário, contudo esse investimento só seria possível de dar rentabilidade caso fosse acrescentado um piso acima daquele já edificado, pois só dessa forma haveria um número de quartos bastante para dar solvabilidade ao restante investimento a fazer uma vez que o que é pretendido ali construir envolve uma série de equipamentos de apoio aos estudantes e, por isso mesmo, um elevado investimento. Continuando disse que este interesse é coincidente com o da Câmara Municipal em duas vertentes, quais sejam, dar uma solução àquele edifício e dar bases mais sólidas para que a CESPU se mantenha em Paredes, sendo que a urgência na tomada de decisão se prende com o facto de o investidor privado só manter o interesse caso consiga ter as obras prontas a albergar alunos já no início do próximo ano letivo. Disse ainda que como a CESPU tem muitos alunos oriundos de outras localidades e outros países, esta é uma forma de cativar a sua inscrição naquele estabelecimento. -----

Colocado o assunto a votação,-----

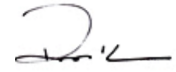
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM 5 VOTOS A FAVOR DO PSD E 4 ABSTENÇÕES DO PS, APROVAR A PROPOSTA E SUBMETER A MESMA Á APRECIACÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O PS apresentou a seguinte declaração de voto: "O PS abstém-se pura e simplesmente porque não teve acesso ao protocolo entre a CESPU e o investidor privado que permitisse avaliar e dar garantias de que os alojamentos a criar vão ter melhores e mais baratas condições para os alunos a albergar, sob pena de, se assim não for, se estar a fazer uma concorrência desleal para os privados que disponibilizam alojamentos nas redondezas. Disse também que não fica perceptível o que se pretende fazer com a reserva de revogação proposta caso o investidor privado dê um destino diferente ao edifício.". -----

36 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze

ct:



de setembro, não se tendo verificado quaisquer intervenções. -----

--- E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.-----

--Sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

--- E eu, Rui Manuel Moutinho Ferreira, Diretor do Departamento dos Assuntos Jurídicos, Administrativos e Financeiros, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.-----

